Maturidade para mudar

Ao completar 30 anos, o CEAPE/TCE-RS resgata a trajetória da entidade através dos depoimentos de ex-presidentes, diretores e fundadores que fizeram parte da sua construção.

Desde o início das lutas, numa sala acanhada do Tribunal, até a aquisição da sede própria, passando por mobilizações, disputas e negociações para a melhoria das condições de trabalho dos Auditores Externos, tudo está registrado nas páginas da revista Achados de Auditoria e no *site* do CEAPE. Os 30 anos ganharam uma área especial no *site* que pode ser facilmente acessado através do aplicativo *QR Code* no celular.

Além do passado, as lideranças da instituição também fazem suas projeções para o futuro. Alcançada a maturidade, é hora de avançar. A criação do Sindicato é pensamento unânime entre seus diretores. O CEAPE-SINDICATO é uma excelente proposta para organizar e fortalecer a categoria dos APEs. O Brasil exige um novo protagonismo dos profissionais do controle externo no Rio Grande do Sul.

Mark Ramos Kuschick

Presidente nas gestões 1992 - 1993/1994 - 1995/1997 - 1999/2000 – 2001

Eu ingressei no TCE-RS em maio de 1986 e o Ceape tinha 11 meses de existência. A estrutura do TCE era mais acanhada e o quadro de servidores tinha uma idade média superior à que encontramos hoje. O Tribunal mudou muito nesses 29 anos.

No período em que exerci a presidência do Conselho Diretor (1992/1995, 1997/2001), não éramos liberados. Mais tarde solicitei minha licença para o exercício de mandato classista, mas a participação dos demais integrantes, mesmo do Conselho Diretor, não ocorria muito. Era difícil compartilhar decisões que diziam respeito à categoria. O CEAPE não tinha sede, os poucos documentos que tínhamos, em algumas pastas, nos acompanhavam por onde fossemos. Anos mais tarde o Tribunal nos ofereceu uma salinha com telefone de ramal e houve também um período que dividimos uma sala com a ASTC. Até que recebemos uma pequena sala ao lado da Associação.

Comparando as gestões daquela época com o presente, a diferença é total, pois não tínhamos nenhum patrimônio, nenhuma base material. Tínhamos que solicitar permissão para administração do TCE para tudo. Nossas principais lutas eram por reajustes salariais no básico que recuperassem as perdas da inflação, sem tocar nas diferenças abissais que havia entre os servidores. Para a maioria, como hoje, não havia direito à carreira profissional. Os critérios claros e republicanos ainda não foram revelados em nossa instituição. O que é muito grave para um órgão de controle externo.

Creio que o meu principal legado é ter mantido o CEAPE em atuação, quando os fundadores já tinham, em sua maioria, partido para a aposentadoria e as novas gerações não entendiam bem a sua existência. Chegar aos 30 anos é uma proeza.

Assessoria de Imprensa/Ceape/TCE-RS

MARK RAMOS KUSCHICK

Nossa principal meta é a construção do Sindicato. O mundo, o Brasil, o RS, todas as escalas mudaram. O tamanho das lutas de representação exige estrutura sindical para dar consequência aos anseios da categoria. Atribuições claras, autonomia da auditoria pública externa, carreira definida com requisitos claramente estabelecidos, afastando o sistema de compadrio. Lutar para que os servidores participem mais, como grupo profissional, da definição dos objetivos de auditoria. Alterar Lei Orgânica e Regimento do TCE para adequada definição dos servidores de nível superior e médio, referindo-os como integrantes do corpo técnico-administrativo, retirando a qualificação de auxiliar e acessório. Aperfeiçoar nosso plano de carreira. São elementos que me ocorrem registrar quando trato de perspectivas.

O Sindicato é uma excelente proposta para organizar e fortalecer a categoria dos APES, fazê-la avançar. Para que nós possamos crescer profissionalmente, precisamos de um Sindicato. O Brasil exige um novo protagonismo dos profissionais do controle externo no RS.

Roberto Sanchotene

Presidente nas gestões 2006-2007 e 2008-2009

Ao assumir a presidência do CEAPE, após um período de muitas dificuldades, inclusive, com a cassação de seus dirigentes, cabia a revigoração da entidade. O CEAPE já contava com mais de 20 anos de existência e com importantes bandeiras históricas de luta, destacando-se dentre elas o histórico combate[1] às alarmantes discrepâncias remuneratórias existentes no quadro de pessoal do TCE.

Meu primeiro ato como presidente liberado do CEAPE foi redigir um ofício à presidência do Tribunal, solicitando a designação de uma comissão paritária para elaborar um projeto de reestruturação remuneratória para o TCE, pleito também imediatamente atendido, tanto que o ofício do CEAPE figura como peça inaugural do processo administrativo do Tribunal que tratou da nova matriz salarial.

A principal questão enfrentada durante os dois períodos subsequentes em que exerci a presidência do CEAPE foi levar a efeito intensa batalha, tanto no âmbito interno (no TCE) quanto no externo (no Parlamento Gaúcho) pela aprovação de uma nova matriz remuneratória para o quadro de pessoal do TCE.

Desde o ofício do CEAPE (no início de 2006) até a aprovação do projeto de lei (PL 254/2008) no parlamento e a sua transformação em lei, com a sanção e veto parcial do Poder Executivo, decorreram quase quatro anos de luta, com cerca de duzentas reuniões, computadas as realizadas no âmbito interno do TCE e externo[2], na Secretaria do Planejamento, na Secretaria da Fazenda, na Assembleia Legislativa e com a Casa Civil.

Portanto, tenho a tranquilidade de afirmar que exerci a presidência do CEAPE em importante momento histórico para os servidores do TCE, quando talvez tenha sido alcançada uma das principais, se não for a principal conquista da categoria no campo remuneratório[3]. Posso dizer que estive envolvido com a questão desde o início de meu primeiro mandato (em 2006) até o encerramento do segundo (final de 2009), quando foi publicada a Lei Estadual 13.268/09, que instituiu a nova matriz salarial do Tribunal.

NOTAS

1.Implementado pelo CEAPE ao longo de sua existência, por sucessivas gestões.
2. A título de registro histórico, cabe destacar o importante e decisivo apoio do conselheiro Porfirio Peixoto, fundamental para a aprovação do projeto no âmbito interno do TCE, bem como a integral e incansável dedicação à defesa do projeto feita pelo grande parceiro conselheiro João Osório junto aos Poderes Executivo e Legislativo do Estado.
3. Com a aprovação do Projeto de Lei, ainda que não tenha sido contemplada a ampliação da carreira (prevista na proposta original – com 15 classes: "A" a "P"), a remuneração básica inicial do cargo foi majorada em 80%.

Assessoria de Imprensa/Ceape/TCE-RS

ROBERTO SANCHOTENE

Ricardo Silva de Freitas

Presidente nas gestões 2001-2003, 2003-2005 e 2010-2011

Assessoria de Imprensa/Ceape/TCE-RS

RICARDO SILVA DE FREITAS

Nossa gestão começou em 2001 e a principal questão, sem sombra de dúvidas, era a remuneratória. Naquela época, nosso salário básico era baixo. As funções gratificadas exerciam um peso muito grande na remuneração, o que prejudicava, inclusive, o relacionamento entre os colegas e, consequentemente, o desempenho funcional. O ambiente era outro, mais tenso do que o atual.

Mas havia um importante setor da categoria que estava de acordo com a nossa política. A dificuldade era transformar esse setor em uma maioria de servidores suficientes para virar o jogo. Havia outros problemas: nós não tínhamos sede própria, nossos recursos financeiros também não eram muitos e a Entidade não tinha projeção fora do TCE-RS. Mas para não deixar a impressão de que só tínhamos problemas, vou falar de uma virtude de todas as Diretorias do CEAPE e da nossa inclusive: nós acreditávamos piamente no que estávamos fazendo, tínhamos convicção na nossa política e uma grande determinação para fazer com que ela viesse a ser adotada, ainda que parcialmente, pelo TCE-RS.

O ápice da luta desenvolvida pelas nossas gestões, em um primeiro momento, deu-se fora do CEAPE. A luta começou efetivamente a avançar quando ganhamos a direção da ASTC e unificamos o discurso em torno da necessidade de revisão da matriz salarial.

Acredito que tenhamos conseguido avançar na construção de um espírito de corpo para a categoria dos APEs. Além disso, aumentamos a participação no conjunto das lutas que dizem respeito a todos os servidores estaduais, principalmente, pelo trabalho desenvolvido na União Gaúcha em Defesa da Previdência Pública.

Atualmente o CEAPE está mais bem aparelhado para enfrentar os desafios que vêm pela frente. A melhoria do nosso salário carreou mais recursos para a entidade, tendo em conta o reajuste da mensalidade. Sempre que conseguimos atuar em unidade com a ASTC, e nos esforçamos para isso, os resultados são maiores para os servidores.

O fortalecimento da Assessoria de Comunicação foi um grande acerto das últimas gestões (2012/2015). O CEAPE tem hoje uma revista que atinge o público interessado nas questões do Controle Externo, temos participação semanal na Rádio WEB do TCE e com certa frequência conseguimos divulgar o trabalho desenvolvido pelos auditores nas mídias locais e, eventualmente, nacionais.

Outro ponto importante é a participação nas discussões nacionais. Nossa entidade sempre estimula que os associados participem das atividades nacionais desenvolvidas pela FENASTC. Nossa contribuição no debate nacional é bastante destacada. A discussão da Carreira Nacional e a independência da Auditoria. A criação do sindicato local e o fortalecimento de nossa Federação/Confederação são ferramentas que ajudarão nesse processo.

Lígia Zamin

Vice-presidente do CEAPE na gestão 2001/2003 e diretora técnica na gestão 2004/2005

Logo que ingressei no TCE, entre tantos colegas, conheci o Mark. Era o ano de 1994. Ele dirigia o CEAPE e foi quem me apresentou a entidade. Imediatamente reconheci o CEAPE como a principal ferramenta capaz de cuidar da carreira que eu escolhera para dar curso a minha vida profissional.

A década de 90 foi de muita resistência do movimento dos trabalhadores do serviço público. O golpe de 64 produzira tamanha destruição dos movimentos populares que, apesar de a CF estar em plena vigência, a luta era muito mais de retomada da organização associativa do que de conquistas objetivas. O CEAPE não tinha sequer sede própria. Instalado em uma sala nos fundos do Centro de Perícias Médicas, com apenas algumas dezenas de sócios, os colegas de Diretoria trabalhavam para dar viabilidade material e financeira ao Centro. Em 2003 conseguimos comprar a sede da Entidade. Foi uma grande CONQUISTA!

Em 2004 a nossa campanha salarial buscava diminuir as disparidades remuneratórias internas e reivindicou "Reposição Salarial Já. 28,8% sobre o básico". Essa campanha retomava explicitamente um novo tempo de questionamentos sobre a estrutura e a política salarial do TCE.

Em 2004 enfrentamos um projeto de lei remetido à AL pelo Presidente do TCE que criava mais CCs e FGs.

Este enfrentamento custou a punição dos membros da Diretoria do CEAPE, a abertura de um processo administrativo e a cassação da liberação para o exercício de mandato classista de dois colegas.

Mas não eram apenas as questões salariais que faziam do CEAPE uma entidade vital para o avanço e aperfeiçoamento do controle externo.

Em vários Congressos organizados pela nossa Federação – FENASTC –, as principais pautas ligavam-se ao tema da necessidade de melhorias na atuação do corpo técnico, especialmente para enfrentar a corrupção no setor público, e a fundamental questão da forma de recrutamento para os Conselhos de Contas. Hoje trabalhamos pela conquista do ministro/conselheiro cidadão.

Resgato estes pontos como significativos no período e para referir outra decisiva conquista, levada a efeito pelo CEAPE, juntamente com a ASTC: a Lei Estadual nº 13.268/2009, que estabeleceu a atual matriz salarial do TCE-RS.

Essa lei é a expressão máxima do conceito de diminuição das diferenças salariais que havíamos formulado décadas atrás e que a nossa entidade trabalhou incansavelmente para materializá-lo.

A nova conquista a alcançar, necessária para os avanços da ação do controle externo, é a CARREIRA DA AUDITORIA. Uma carreira com garantias e prerrogativas próprias para os auditores. E a ferramenta para viabilizar esta urgência, não há dúvidas, é o SINDICATO.

Assessoria de Imprensa/Ceape/TCE-RS

LÍGIA ZAMIN

Luis Fernando Alcoba de Freitas

Sócio-fundador

Em maio de 1985, ingressei no Tribunal de Contas com um grupo significativo de economistas. Dois meses depois, fundava-se o Centro de Inspetores de Controle Externo. A ideia da formação do Centro foi gestada por auditores mais antigos, dos mais diversos setores da casa, denominados, na época, Inspetores de Controle Externo. Nesse mesmo ano, incorporei-me ao movimento.

O contexto nacional e local explica um pouco a aspiração dos participantes e o movimento que ganhou força à época. Estávamos, ainda, sob a égide da constituição de 1967, em um período de regime militar. Embora sofrendo essas restrições, foi sob a Constituição de 1967 que se conferiu ao órgão a prerrogativa de realizar inspeções. Também neste período, a Reforma Administrativa federal (Decreto-Lei federal nº 200/67) elevou o Controle à categoria de princípio da Administração Pública, elencando-o ao lado de outros quatro princípios, quais sejam o Planejamento, a Coordenação, a Descentralização e a Delegação de Competências.

Naquele momento, o Tribunal de Contas possuía uma longa tradição em sua função de analisar as contas, realizar exame prévio e efetuar o "julgamento administrativo" da legalidade que influenciava na sua forma de organização e de atuação. Passou, então, a incorporar entre suas funções a "Auditoria". Posteriormente à institucionalização da função de auditoria passa-se a discutir em âmbito nacional a amplitude da análise dos Tribunais de Contas e da auditoria que não se poderia cingir ao exame restrito da legalidade.

Já no âmbito local, em 1982 e 1985, o Tribunal de Contas do RS realizou dois grandes concursos externos para Contadores e Economistas. Até a Constituição de 1985 não havia a obrigação constitucional de concurso público e o Tribunal alternava seleção interna (sem concurso) e externa por concurso público para ingresso no cargo de Inspetor.

Dessa forma, o movimento que antecede a Constituição de 1988, aliado ao ingresso de um grupo significativo de Inspetores (Auditores), via concurso público nos anos de 1982 e 1985, viabilizou a formação de um movimento para o fortalecimento da posição da auditoria e dos auditores (de sua função) e, por conseguinte, para a formação do CEAPE em 1985.

Posteriormente, após a Constituição de 1988, o fortalecimento do sistema de auditoria implica ingresso de um conjunto importante de Auditores de diversas formações, como engenheiros, arquitetos, técnicos em processamento de dados e mais recentemente bacharéis em ciências atuariais.

O CEAPE surge nesse contexto e acompanha a necessidade de se fortalecer a função da auditoria, representando um instrumento de valorização dessa atividade em uma instituição que possui uma longa tradição na organização e no exercício de suas outras funções, mas que necessita fortalecer essa atividade para que exista um equilíbrio entre as diversas funções da instituição, elevando sua eficácia e eficiência.

Arquivo Pessoal/Luis Fernando Alcoba

LUIZ FERNANDO ALCOBA DE FREITAS

Gonçalino Mesko da Fonseca
Sócio-fundador

Considerando-se que eu, na companhia de mais alguns companheiros economistas, acabáramos de ingressar no TCE, quando já havia movimentos acerca da criação de entidade, que catalisasse os posicionamentos dos outrora inspetores, em verdade fôramos sensibilizados pela causa, que demonstrara não possuir fórum adequado de escoamento. O grupo pretendia afirmar-se no campo técnico, político-institucional, bem assim postular valorização condizente com as prerrogativas do cargo e funções desempenhadas, valores que não se afirmavam à ocasião.

Penso que o CEAPE, a despeito das três décadas ultrapassadas, ainda está em construção, pendulando entre posicionamentos afirmativos e tentativa de ocupação de espaços nas searas técnica e política. Percebo e valorizo a imersão da Entidade na problematização e discussão de questões técnicas, relativas a políticas públicas que acometem, frontalmente, a sociedade, sobretudo em tempos mais recentes. Importante também o posicionamento institucional na defesa de corpo técnico e de um Tribunal de Contas que cada vez mais se comprometam e recepcionem as necessidades da população e ofereçam respostas de ímpeto transformador das realidades que se demonstram injustas.

Assessoria de Imprensa/Ceape/TCE-RS

GONÇALINO MESKO DA FONSECA

Sandra Sampaio e Silva
Auditora Pública aprovada no concurso 2015

Em última análise, os TCs existem para zelar pela regular aplicação dos recursos públicos. Para tanto, são dotados de recursos específicos dos orçamentos públicos e possuem diversos mecanismos e estruturas de controle, que no modelo de administração burocrático, parece cumprir plenamente suas funções. As recentes denúncias de corrupção permitem mostrar que a despeito da existência de tais mecanismos, ainda falta grande aprimoramento para exercer plenamente as suas funções.

Na posição de Auditora, tenho nesse período de treinamentos, consolidado minha ideia de que meu trabalho é a pedra fundamental de todo resultado produzido pelo Tribunal. Portanto, julgo que a independência do Auditor no seu trabalho está intimamente ligada com a autonomia do Tribunal.

Sônia Lopes da Silva
Sócia-fundadora

A ideia de criar uma entidade voltada aos interesses dos auditores surgiu numa época que não nos sentíamos valorizados e entendemos que, para reverter essa situação, precisaríamos fortalecer a classe e que o respeito seria alcançado mediante a qualificação dos técnicos. Pretendíamos a qualificação e capacitação através de atividades como cursos e palestras que nos preparassem para melhor realizar nosso trabalho. A melhoria de salário seria uma consequência.
Inicialmente a ideia de criar uma entidade específica não foi bem vista. Os colegas não auditores sentiram-se excluídos, como de fato estavam, mas não como uma discriminação e, sim, como uma forma de organizar e identificar as necessidades e as demandas de cada categoria, que, sem dúvida, eram distintas. Aos poucos e com algumas dificuldades, foi acontecendo o entendimento.

Arquivo Pessoal/Sônia Lopes

SONIA LOPES DA SILVA

A mobilização feminina era grande. Desde o início, quando começamos a nos reunir após as 18h, a participação das mulheres era majoritária. Não lembro exatamente da totalidade dos nomes, mas, sem dúvida, éramos muitas mulheres. A participação das mulheres foi significativa.
Creio que o resultado mais importante foi a criação de um espaço que deu voz aos auditores para defenderem e debaterem ideias e necessidades de um grupo de profissionais que têm um lugar importante na vida da sociedade rio-grandense.

Bernardo Firpo
Auditor Público Externo aprovado no concurso 2015

Eu me vejo atuando na auditoria com imparcialidade, vontade de fazer e sempre buscado aprimorar minha competência técnica. Não apenas no âmbito das obras públicas que é meu campo principal de atuação, mas nas mais diversas matérias afetas à auditoria, de forma a me munir das ferramentas necessárias para executar a contento, de maneira justa, as minhas funções como Auditor.
Acredito que o atual momento de grave crise de moralidade pública pode apresentar um ponto de inflexão na atuação dos TCs no Brasil. Pois, felizmente, a sociedade brasileira a cada dia torna-se mais consciente do enorme desperdício de recursos públicos. O escândalo de corrupção na Petrobras, que veio à tona na operação lava-jato, constituiu uma situação limítrofe para milhões de cidadãos brasileiros em relação à corrupção que permeia o estado brasileiro em seus mais diversos níveis. Essa indignação popular chegou ao seu ápice nas manifestações de 15 de março e é facilmente constatável nas conversas diárias do cidadão brasileiro. Dessa maneira, é de suma importância que os TCs aproveitem esse momento de forte demanda da sociedade por mudança e aproveite isso para se fortalecer, assim também fortalecendo o Controle exercido sobre os recursos públicos.

Aline Buss

Auditora Pública Externa aprovada no concurso 2015

O cargo de auditor traz consigo uma grande responsabilidade. Apontar desvios, irregularidades, auxiliar o gestor na busca de uma administração eficiente, fazem parte da rotina de trabalho. Assim, sem dúvida, para bem desempenhar essa função, será imprescindível ter autonomia e independência técnica, sem qualquer interferência que afete o julgamento profissional.

Prestei o concurso do Tribunal de Contas por muitas razões, entre elas a importância do órgão e do cargo de Auditor para a sociedade. Pois o Tribunal faz o papel de fiscal da sociedade no controle dos recursos públicos. Também foram decisivos: a forma dinâmica em que o trabalho de auditoria é estruturado, o aperfeiçoamento contínuo que a profissão exige dos auditores e é claro, a valorização da carreira.

Alpheu Ney Godinho

Sócio-fundador

Corria o ano de 1985. Recém findara o regime militar. Governo de Jair Soares e José Sarney. Inflação alta e arrocho salarial. Democracia era a palavra de ordem.

Havia um grupo de funcionários que não se conformava com a intervenção da Direção da Casa nas eleições da ASTC. Acabava, quase sempre, sendo eleita o que nós chamávamos de "Chapa da Casa". A entidade tornava-se subalterna e era utilizada pela Casa. Pouco ou quase nada fazia na defesa classista dos funcionários do TCE-RS.

Surgiu, então, a ideia de criar-se uma entidade que fosse realmente autônoma e que representasse "sindicalmente" a categoria dos Auditores. E, então, nasceu o CEAPE.

E diga-se, a bem da verdade, que o CEAPE veio preencher este vácuo. O próximo passo, entendo, será a transformação legal do CEAPE em sindicato.

Com a criação do Centro dos Auditores, creio que houve uma mudança programática na ASTC. Ela passou a seguir o exemplo do CEAPE e voltar-se também aos interesses classistas dos servidores. E isso graças à postura progressista e combativa do CEAPE.

No governo de Pedro Simon, lá por 1987, era presidente da ASTC o auditor substituto de conselheiro Luiz Alberto Rodrigues, e sob seu comando, os servidores da TCE-RS participaram ativamente da greve do funcionalismo que se deflagrou naquela ocasião. A partir daí, a ASTC nunca mais foi a mesma.

Arquivo Pessoal/Ney Godinho

ALPHEU NEY GODINHO